



Sessão Plenária de Estrasburgo 11 a 14 de Março de 2019





Segunda-Feira, dia 11 de Março



Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Março

Criação do Corpo Europeu de Solidariedade

- **Fonte 1: Jornal Económico**

Data: 11/06/2018

Link: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/comissao-europeia-propoe-126-mil-milhoes-de-euros-para-reforcar-corpo-europeu-de-solidariedade-319324>

Comissão Europeia propõe 1,26 mil milhões de euros para reforçar Corpo Europeu de Solidariedade

A Comissão Europeia vai propor um investimento de 1,26 mil milhões de euros para o reforço de um novo programa do Corpo Europeu de Solidariedade para além de 2020. A medida será apresentada esta segunda-feira e fará parte do orçamento a longo prazo (2021-2027) da União Europeia (UE).

Num comunicado emitido pela representação da Comissão Europeia em Portugal é referido que este novo programa do Corpo Europeu de Solidariedade vai possibilitar que pelo menos 350 mil jovens europeus prestem apoio a comunidades em situação de necessidade através de ações de voluntariado, estágios ou emprego.

O comissário responsável pelo Orçamento e pelos Recursos Humanos, Günther H. Oettinger, referiu que "a solidariedade é um dos valores fundamentais da União Europeia, e o êxito do Corpo Europeu de Solidariedade mostra que existe uma forte procura da parte dos jovens para a participação em atividades de solidariedade".

Por sua vez, Tibor Navracsics, comissário para a Educação, Cultura, Juventude e Desporto, afirmou que "com a presente proposta, a Comissão Europeia confirmou o seu empenhamento em reforçar a solidariedade e capacitar os jovens".

Já Marianne Thyssen, comissária responsável pelo Emprego, os Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade, salientou que "a presente proposta assenta na experiência adquirida até agora e define uma abordagem mais inclusiva e mais flexível, prevendo uma maior liberdade de escolha para os participantes, tomando em conta a sua preferência por atividades de voluntariado ou uma colocação profissional".

O mesmo comunicado chama ainda atenção para a necessidade de "alcançar um acordo rápido sobre o orçamento geral da UE a longo prazo", para que se possam "produzir resultados concretos o mais rapidamente possível", dado que um eventual atraso poderá "pôr em causa a execução do primeiro ano do programa do Corpo Europeu de Solidariedade".

- **Fonte 2: Jornal Económico**

Data: 20/12/2018

Link: <https://www.jn.pt/nacional/interior/mais-de-cinco-mil-portugueses-no-corpo-europeu-de-solidariedade-10347070.html>

Mais de cinco mil portugueses no Corpo Europeu de Solidariedade

Mais de cinco mil jovens de nacionalidade portuguesa inscreveram-se no Corpo Europeu de Solidariedade, um programa lançado pela União Europeia e que se destina a jovens entre os 17 e os 30 anos.

Segundo a Agência Erasmus+ Juventude em Ação, no âmbito do "Corpo Europeu de Solidariedade", os jovens podem realizar projetos de voluntariado, no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e de comunidades de toda a Europa.

Os dados são divulgados a propósito do Dia Internacional da Solidariedade, que se assinala esta quinta-feira.

A plataforma europeia que gere este programa recebeu um total de 5232 inscrições de jovens de nacionalidade portuguesa, número que coloca Portugal no top 5 europeu das nacionalidades com mais inscrições.

Ainda segundo a Agência Erasmus+, os jovens portugueses inscritos são dos mais contactados para integrarem projetos relacionados com diversas áreas, nomeadamente com a proteção do ambiente, educação, receção e integração de refugiados ou com a prevenção, preparação e recuperação em caso de catástrofes naturais.

Os jovens podem inscrever-se a partir dos 17 anos, mas só podem participar num projeto depois de fazer 18 anos.

Os projetos apoiados pelo Corpo Europeu de Solidariedade podem durar entre dois e 12 meses, decorrendo, regra geral, em países da União Europeia.

Em comunicado a Agência Erasmus explica ainda, que, como resultado da primeira ronda de projetos aprovados - 2018 - quase 1,5 milhões de euros serão investidos em projetos do "Corpo Europeu de Solidariedade", liderados por organizações portuguesas.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Março

Criação do Corpo Europeu de Solidariedade

Segunda-feira, dia 11

Apresentação do projeto de resolução:

Projeto de resolução do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o programa do Corpo Europeu de Solidariedade e revoga o [Regulamento do Corpo Europeu de Solidariedade] e o Regulamento (UE) n.º 375/2014

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do projeto de resolução:**

- A relatora do relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o programa do Corpo Europeu de Solidariedade e revoga o [Regulamento do Corpo Europeu de Solidariedade] e o Regulamento (UE) n.º 375/2014 é Michaela Šojdrová (PPE);

- O Processo legislativo ordinário do relatório encontra-se na primeira leitura;

- O Corpo Europeu de Solidariedade é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em projetos, no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa;

- A Comissão Europeia vai propor um investimento de 1,26 mil milhões de euros para o reforço de um novo programa do Corpo Europeu de Solidariedade para além de 2020;

- Este novo programa do Corpo Europeu de Solidariedade vai possibilitar que pelo menos 350 mil jovens europeus prestem apoio a comunidades em situação de necessidade através de ações de voluntariado, estágios ou emprego;

- Até 2020, foram reservados 44 milhões de euros do orçamento da UE para os projetos selecionados, que estarão abertos a todos os jovens da Europa e de fora dela;

- O objectivo é que, até 2020, 100 mil jovens participem no Corpo Europeu de Solidariedade;

- **O Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o programa do Corpo Europeu de Solidariedade:**

- A relatora considera necessário fortalecer a solidariedade na Europa, devido à persistência do desemprego dos jovens, as crises bancárias e o euroceticismo crescente. A resposta a estes desafios passa por mais empenho e solidariedade a nível europeu.

- O Corpo Social Europeu concentra-se no futuro da Europa, ou seja, na juventude.

- O programa proposto pela Comissão oferece, para além de um «Serviço Voluntário Europeu» (SVE) alargado, também uma vertente de emprego, que engloba postos de trabalho e estágios do setor da solidariedade. A relatora defende que a vertente do emprego do programa, seja reduzida, passando de 20 %, tal como previsto pela proposta, para 5 % da dotação total para o programa, a fim de garantir o êxito do Corpo Social Europeu, evitar a degradação da qualidade das colocações e fortalecer o valor do serviço de voluntariado no seu conjunto.



- Neste sentido, a relatora considera que o Corpo Europeu de Solidariedade não deve ser um programa que promova, em primeiro lugar, o emprego e, sobretudo, não se deve assumir como resposta ao desemprego juvenil.

- Identifica ainda a questão geral de saber se o trabalho numa empresa com fins lucrativos é compatível com o espírito de solidariedade.

- O relatório pretende promover da forma mais bem-sucedida possível a solidariedade na juventude. Para o efeito, a relatora considera que a inclusão dos jovens desfavorecidos deve constituir um objetivo primordial. Este grupo-alvo só pode ser alcançado através da criação de uma relação pessoal.

- Propõe que o «Corpo Europeu de Solidariedade» passe a designar-se «Serviço Europeu de Solidariedade e Voluntariado», por forma a manter a tónica na «solidariedade» como a essência do programa, mas dissipando mal-entendidos e a associação ao plano militar que o termo «corpo» pode suscitar.

- **Parecer da Comissão do Desenvolvimento Regional:**

- A Comissão do Desenvolvimento Regional salientou, no seu parecer de 21 de janeiro de 2019, a necessidade de serem asseguradas, aos níveis europeu, nacional, regional e local, ações de sensibilização, publicidade e divulgação adequadas sobre as oportunidades disponíveis e os resultados das ações apoiadas pelo Programa.

- Neste sentido, deve ser prestada especial atenção às empresas sociais, encorajando-as a apoiar as atividades do Corpo Europeu de Solidariedade. Para melhor atingir os objetivos do Programa do Corpo Europeu de Solidariedade, a Comissão, os Estados-Membros e as agências nacionais devem, preferencialmente, trabalhar em estreita colaboração em parceria com as organizações não governamentais, as empresas sociais, as organizações de juventude e as partes interessadas locais com conhecimentos especializados no domínio de ações de solidariedade.



Terça-feira, dia 12 de Março



Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Março

Debate com o Primeiro-Ministro da República Eslovaca, Peter Pellegrini, sobre o futuro da Europa

- Fonte 1: Público 07/12/2018

Link: <https://www.publico.pt/2018/12/07/politica/noticia/oposicao-eslovaca-vem-lisboa-pedir-ajuda-antonio-costa-1853836#gs.9xNNeyJR>

Oposição eslovaca vem a Lisboa pedir ajuda a António Costa

Os socialistas europeus reúnem-se em Lisboa e estará presente o ex-primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico, que se demitiu na sequência de um escândalo naquele país provocado pela morte de um jornalista.

De Bratislava a Lisboa são três mil quilómetros de distância. Nada que impeça Alojz Hlina, líder de um pequeno partido da oposição na Eslováquia, de vir até à capital portuguesa pedir ajuda a António Costa para que o Partido Socialista Europeu expulse o socialista e ex-primeiro-ministro daquele país, Robert Fico.

A história começa no início do ano na Eslováquia, quando foi assassinado a tiro, na companhia da sua namorada, um jornalista que investigava as relações entre a máfia italiana e altos cargos do governo liderado por Fico. A morte de Jan Kuciak mobilizou a sociedade eslovaca em várias manifestações que levaram à demissão do então primeiro-ministro.

Agora, Fico, que se mantém como presidente do partido que lidera a coligação de governo naquele país, o SMER-SD, vai estar em Portugal a participar no congresso do Partido Socialista Europeu. E por causa dele, estará também em Lisboa o líder de um pequeno partido da oposição, o KDH, que pertence ao grupo europeu oposto ao PES, o Partido Popular Europeu (PPE), de que faz parte o PSD, por exemplo.

Alojz Hlina enviou um comunicado às redacções a informar que irá manifestar-se à porta do ISCTE, onde decorre a reunião magna dos socialistas europeus, e quer falar com António Costa. Aliás, o líder do KDH diz no mesmo comunicado que já fez chegar uma carta ao primeiro-ministro português a pedir uma audiência.

Na carta, o eslovaco faz referência ao modo como Costa se afastou do caso de José Sócrates para pedir tratamento igual no caso de Fico. Tendo em conta as suspeitas de corrupção no seio do partido eslovaco da família dos socialistas, Alojz Hlina "espera que o primeiro-ministro António Costa, à semelhança do que o Partido Socialista português fez em relação ao seu antigo secretário-geral e antigo primeiro-ministro, interceda junto do presidente dos socialistas europeus para que se distanciem de Robert Fico."

A avaliar pelo programa do congresso do PES, Robert Fico não intervirá na reunião, estará apenas presente a acompanhar o actual primeiro-ministro Peter Pellegrini, que o substituiu no cargo, depois da remodelação governamental causada pelo escândalo da morte do jornalista.

- **Fonte 2: Diário de Notícias 28/02/2018**
- **Link: <https://www.dn.pt/lusa/interior/jornalista-eslovaco-morto-investigava-alegadas-ligacoes-entre-mafia-e-politicos-9149886.html>**

Jornalista eslovaco morto investigava alegadas ligações entre máfia e políticos

O jornalista morto a tiro na Eslováquia estava prestes a publicar um artigo sobre corrupção de alto nível envolvendo a máfia italiana e políticos deste pequeno país da zona euro, revelou o órgão para o qual ele trabalhava.

O assassinato do jornalista e da sua namorada, conhecido no fim-de-semana, deixou a Eslováquia em choque e o crime foi condenado por dirigentes da União Europeia e outras organizações internacionais.

Jan Kuciak, 27 anos, trabalhava para a página aktuality.sk, e era especializado em assuntos ligados a corrupção, entre os quais os que dizem respeito a possíveis ligações entre o mundo dos negócios e o partido SMER-SD, do primeiro-ministro, Robert Fico.

O site e outros meios do mesmo grupo publicaram uma versão inacabada do artigo de Kuciak sobre as alegadas relações políticas de empresários italianos suspeitos de estarem ligados à máfia calabresa 'Ndrangheta, que operaria no leste da Eslováquia.

Alguns meios de comunicação fizeram eco deste artigo, suscitando críticas do primeiro-ministro, que mostrou aos jornalistas várias pilhas de notas, representando um prémio de um milhão de euros para qualquer informação que possa ajudar a encontrar os responsáveis do crime.

"Ligar, sem provas, pessoas inocentes a um duplo homicídio é passar da linha", disse o chefe do Governo.

Os corpos do jornalista e da sua companheira, Martina Kusnirova, foram encontrados no domingo na sua casa em Velka Maca, a cerca de 65 quilómetros a leste de Bratislava.

O duplo homicídio foi cometido entre quinta e domingo e a polícia encontrou munições em torno dos corpos das vítimas.

O assassinato na Eslováquia ocorre depois de, em Malta, ter sido morta a jornalista Daphne Caruana Galizia, que denunciou crimes e corrupção na ilha do Mediterrâneo.



Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Março

Debate com o Primeiro-Ministro da República Eslovaca, Peter Pellegrini, sobre o futuro da Europa

Contextualização histórica

- Desde o século X até o início do século XX, a Eslováquia encontrava-se sob domínio húngaro.
- O Império Austro-húngaro chegou ao fim e, em 1918, a Eslováquia foi declarada Checoslováquia.
- Durante a Segunda Guerra Mundial, chegou a tornar-se uma República separada mas, com o fim da guerra, a Checoslováquia foi restituída.
- A partir de 1945 a Checoslováquia passou a ser dominada pela Rússia através regime comunista.
- O regime comunista caiu em 1989 com a Revolução de Veludo que teve como resultado eleições livres em 1990.
- A Checoslováquia foi dividida em dois Estados: a Eslováquia e a República Checa, que se tornaram oficiais em 1993.

Sistema político

- A Eslováquia é uma república democrática parlamentar, com um chefe de governo – o primeiro-ministro – que tem a maior parte do poder executivo, e um chefe de Estado – o Presidente – que, embora formalmente seja o chefe do executivo, tem poderes muito limitados.
- O sistema político eslovaco é marcado pela constituição de governos de coligação, com exceção das eleições de 2012.
- Após as eleições do Conselho Nacional, o líder do partido maioritário ou o líder da coligação maioritária é geralmente nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente.
- Desde 2016 há uma coligação de partidos liderada pelo partido Smer, partido Socialista-Democrata com o partido representante da minoria húngara, Most-Hid e com o partido de extrema-direita, o Partido Nacional da Eslováquia.
- Peter Pellegrini assumiu o cargo de Primeiro-Ministro da República Eslovaca a 22 de Março de 2018 em substituição do, até então, Primeiro-ministro.

Instabilidade política após a morte do jornalista Jan Kuciak

- A 25 de Fevereiro de 2018 o jornalista de investigação, Jan Kuciak e a sua namorada foram assassinados. O jornalista conduzia uma investigação sobre corrupção que envolvia laços da elite política eslovaca à máfia calabresa, a 'Ndrangheta, facto que as autoridades ligam ao acontecimento, já que os indícios apontam para que o assassinio tenha sido planeado. Kuciak trabalhava para o site de notícias Aktuality.sk e as investigações centravam-se em casos de evasão e de fraude fiscal das elites eslovacas. O site afirmou que as investigações do jornalista também estavam relacionadas com ligações da máfia italiana a pessoas próximas de Robert Fico.
- As investigações de Kuciak visavam também empresários com ligações ao Partido Social-Democrata. No centro de uma das suas investigações estava uma fraude fiscal relacionada com um complexo de apartamentos de luxo em Bratislava que veio a gerar protestos da população e



pedidos de demissão do ministro do interior, Robert Kalinak, cujo nome aparecia nas investigações.

- Kuciak investigava ainda a apropriação de fundos europeus pela máfia italiana.
- Robert Fico, que ocupava o cargo de Primeiro-Ministro quando tal aconteceu, viu-se numa situação frágil.
- O partido da coligação Most-Híd pediu a sua demissão e eleições antecipadas, com o apoio da oposição.
- O Presidente eslovaco, Andrej Kiska, também sugeriu eleições antecipadas ou uma reestruturação urgente do executivo.
- A 22 de Fevereiro de 2018 o Ministro da Cultura, Marek Maradic, apresentou a sua demissão afirmando que não poderia continuar a exercer o cargo após um jornalista ter sido assassinado no decurso das suas funções.
- A 28 de Fevereiro de 2018 foram detidos pela polícia 7 suspeitos. Foram apenas revelados os primeiros nomes e iniciais dos detidos, mas tudo indica que são empresários italianos suspeitos de ligações à 'Ndrangheta.
- A 12 de Março de 2018, demitiu-se o Ministro do Interior justificando que não queria prejudicar o governo de coligação.
- Fico declarou que apresentaria a sua demissão se o Presidente aceitasse que a coligação continuasse a governar, evitando eleições antecipadas. O Presidente autorizou e permitiu que fosse o partido Smer a nomear o novo Primeiro-ministro. Pallegriini assumiu o cargo a 22 de Março de 2018 mas Fico assegurou que iria permanecer um membro activo do partido.
- A saída do Primeiro-Ministro do poder parece não ter sido suficiente para a população do país. Ainda em Março de 2018 60 mil pessoas saíram às ruas da capital em defesa da liberdade dos media e contra a corrupção, apelando a eleições antecipadas, de forma a destituir um governo que afirmam ser corrupto. Não tinham sido registadas manifestações tão graves desde a Revolução de Veludo.
- O homicídio foi condenado por dirigentes da União Europeia e outras organizações internacionais como a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) que exigiram que este fosse investigado.

Convenção de Istambul

- A Eslováquia rejeitou ratificar a Convenção de Istambul devido à pressão da Igreja católica e dos outros partidos da coligação.
- O casamento homossexual é proibido na Eslováquia desde 2014, quando o Parlamento aprovou uma emenda constitucional que define o casamento como uma união entre um homem e uma mulher, não reconhecendo nenhuma forma de união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Março

Um regime europeu de sanções por violações de direitos humanos

- **Fonte 1: Expresso 07/12/2018**
Link: <https://expresso.pt/opiniao/2018-12-07-Uma-Lei-Magnitsky-na-Europa-para-punir-violadores-dos-direitos-humanos-e-despotas>

Uma Lei Magnitsky na Europa para punir violadores dos direitos humanos e déspotas

"A ideia de uma Lei Magnitsky começou com uma atrocidade russa, mas tem agora um alcance mundial. Precisamos agora de ousar dar o próximo passo. Precisamos de estabelecer uma Lei Magnitsky à escala da UE". As afirmações são subscritas por 37 eurodeputados, entre os quais Ana Gomes, que vão analisar uma proposta da Holanda sobre este tema na próxima segunda-feira

Por vezes, um nome diz tudo. Neste caso, o nome Sergei Magnitsky tem sido globalmente sinónimo de como lutar contra a violação dos direitos humanos no século XXI. O seu sacrifício teve impacto entre as vítimas de violações dos direitos humanos em todos os cantos do mundo. Foram aprovadas leis com o seu nome, o que teve sérias consequências para os autores de violações dos direitos humanos em todo o mundo.

Sergei Magnitsky foi um advogado russo que sacrificou a sua vida, aos 37 anos de idade, enfrentando a corrupção do regime de Putin. A forma como o governo russo tentou encobrir o seu assassinato e ilibar as pessoas envolvidas converteu-se num símbolo de impunidade e cleptocracia em todo o mundo. É por isso que a audácia do sacrifício de Magnitsky passou além das fronteiras nacionais e chegou a pessoas de todo o mundo.

As Leis Magnitsky, que impõem sanções aos vistos e a congelação de ativos aos violadores dos direitos humanos, converteram-se no símbolo da luta contra a impunidade e a cleptocracia em todo o mundo. No século XXI, muitas das violações dos direitos humanos são cometidas com fins lucrativos. Apontar ao dinheiro dos abusadores no estrangeiro e às suas viagens é uma das formas mais eficazes de gerar consequências. Não pode haver qualquer espécie de impunidade para os generais no Myanmar que perseguem os Rohinyas, para os traficantes de armas que violam o embargo de armas contra o Sudão do Sul, para os violadores da República Centro-Africana nem para os assassinos do jornalista saudita Khashoggi.

É por isso que a ideia de uma Lei Magnitsky começou com uma atrocidade russa, mas tem agora um alcance mundial. Os violadores dos direitos humanos na Arábia Saudita, na Nicarágua, no Sudão do Sul, na Birmânia e em muitos outros países estão já a ser objeto da legislação Magnitsky em matéria de sanções em seis países: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Estónia, Letónia e Lituânia.

Precisamos agora de ousar dar o próximo passo. Precisamos de estabelecer uma Lei Magnitsky à escala da UE. Durante o Verão, o governo holandês formulou uma proposta concreta, que se encontra agora em fase de consulta junto de todos os Estados-Membros da UE. Este projeto é exatamente aquilo que é preciso, a capacidade para aplicar sanções à escala global – com uma omissão flagrante. O governo holandês recusa chamar-lhe Lei Magnitsky. Argumentam que o nome Magnitsky deveria de algum modo tornar mais difícil a aprovação da legislação através da UE, devido ao facto de alguns dos Estados-Membros serem simpatizantes da Rússia. Cremos que



os nossos Estados-Membros são mais fortes do que isto, que não irão vetar um projeto de lei sobre os direitos humanos simplesmente pelo seu nome, mas que irão adotá-lo por apoiarem os direitos humanos em todo o mundo. Seja qual for o rumo das negociações, chamar-lhe-emos sempre a Lei Magnitsky.

Na segunda-feira, dia 10 de dezembro, os ministros europeus dos Negócios Estrangeiros irão reunir-se para discutir a proposta holandesa. É por isso que parlamentares e legisladores dos Estados-Membros da UE pressionam os nossos governos no sentido de reforçarem a posição da UE como um exemplo dos direitos humanos e do direito internacional em todo o mundo. Instamos os nossos governos a votarem a favor de uma lei Magnitsky europeia de âmbito mundial. Instamos os nossos governos a honrarem o nome de Magnitsky e a lutarem contra a impunidade em todo o mundo. Não conseguimos pensar numa forma melhor de celebrar o Dia dos Direitos Humanos, que marca o 70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Março

Um regime europeu de sanções por violações de direitos humanos

Terça-feira, dia 12

- Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

- A resolução vai ser votada na quinta-feira

Datas limite:

- Moção de resolução: segunda-feira 11/03 às 20:00h
- Emendas à moção de resolução: quarta-feira 13/03 às 13:00h
- Emendas à moção de resolução conjunta: quarta-feira 13/03 às 14:00h

- No Relatório Anual sobre os direitos humanos e a democracia no mundo em 2017 e a política da União Europeia nesta matéria, discutido na sessão plenária de Dezembro de 2018, a relatora pediu à VP/AR e os Estados-Membros da UE para alongarem o regime de medidas restritivas da UE de forma a incluir um regime de sanções da UE em matéria de direitos humanos que permita que as decisões de sanções da PESC tenham por base graves violações dos direitos humanos, à semelhança da Lei Magnitsky.

- A Lei Magnitsky autoriza os governos a sancionar aqueles que veem como infratores de direitos humanos, congelando os seus ativos e proibindo-os de entrar nos respetivos Estados.

- No século XIX, muitas das violações de direitos humanos são cometidas com fins lucrativos. Deste modo, sanções como esta podem ser verdadeiramente eficazes.

- O Parlamento Europeu, num relatório sobre as relações entre a UE e a Rússia, insta a Comissão e o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) a preparar, sem demora, uma proposta legislativa de uma lei Magnitsky à escala da UE, que permitiria a imposição de proibições da concessão de vistos e de sanções específicas, como o bloqueio de bens e de interesses patrimoniais na jurisdição da UE a funcionários públicos individuais ou pessoas que atuem numa capacidade oficial, que sejam responsáveis por atos de corrupção ou violações graves dos direitos humanos; salienta a importância de uma lista imediata de sanções com vista a assegurar uma aplicação eficaz de uma lei Magnitsky europeia;



Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Março

Relatório sobre o relatório de 2018 da Comissão relativo à Turquia

- **Fonte 1: Observador 18/11/2018**

Link: <https://observador.pt/2018/11/18/situacao-na-turquia-esta-a-piorar-de-dia-para-dia-diz-sindicato-de-jornalistas/>

A situação na Turquia "está a piorar de dia para dia", diz um dirigente do sindicato de jornalistas referindo que "150 jornalistas" permanecem detidos desde 2016.

A situação na Turquia "está a piorar de dia para dia", avalia um dirigente do sindicato de jornalistas Basin-Is, referindo que "150 jornalistas" permanecem detidos desde a tentativa de golpe de Estado falhada, em 2016.

"A situação está a piorar de dia para dia e não podemos dizer que vá melhorar, porque provavelmente ficará pior no futuro próximo", prevê Ali Ergin, dirigente do Sindicato Basin-Is.

Numa entrevista à agência Lusa durante um encontro de sindicatos de jornalistas europeus, realizado em Atenas, no início do mês, Ali Ergin Demirhan sublinhou que, na realidade, os jornalistas detidos "podem ser mais, porque muitos não estão registados formalmente enquanto tal".

Além disso, "centenas foram forçados ao exílio, na Alemanha, na Escandinávia, na Grécia", acrescentou, explicando que os alvos do regime são, sobretudo, jornalistas curdos e próximos da oposição.

O estado de emergência já foi levantado no país, mas as autoridades turcas têm prosseguido a purga política (77 mil detenções e 150 mil pessoas despedidas ou suspensas) com que responderam à tentativa de golpe de Estado de julho de 2016, que causou 250 mortos e 2.200 feridos.

O setor da comunicação social também tem sido alvo da purga. "Fizeram listas e entregaram-nas aos empresários, dizendo 'não queremos que deem emprego a estes jornalistas'", conta Ali, ele próprio detido por duas vezes (entretanto, após falar com a Lusa, registou a terceira detenção).

Ali Ergin Demirhan, que gere um dos principais sites com informação sobre a oposição social ao regime, foi condenado a um ano e três meses de prisão, mas a pena nunca foi efetivada, graças ao "círculo de solidariedade" que o protege.

A página 'online' do Sindicato Basin-Is mantém um diário mensal (que traduz para inglês) com os casos de repressão sobre jornalistas e meios de comunicação social. A mera partilha de artigos publicados em certos meios ou escritos por certos autores pode dar problemas com as autoridades.

Desde julho de 2016 que o governo turco tem encerrado jornais e sites ligados à oposição, sendo que, "qualquer pessoa que critique o governo é acusada de antipatriotismo", resume Ali.

"Neste momento, não se pode aceder à Wikipédia na Turquia", exemplifica o jornalista, referindo as páginas banidas e bloqueadas na internet.

Perante isso, Ali ri-se quando se fala da posição da Turquia sobre o caso de Jamal Khashoggi, jornalista saudita assassinado em Istambul.



“É só um caso entre a Turquia e a Arábia Saudita. É propaganda barata. Há jornalistas assassinados na Turquia e sabemos que os assassinos são próximos dos serviços de informações do governo”, realça.

- **Fonte 2: Diário de Notícias 25/10/2018**
- **Link:** <https://www.dn.pt/mundo/interior/premio-sakharov-atribuido-ao-realizador-ucraniano-oleg-sentsov-10084360.html>

Tribunal turco rejeita libertação do opositor curdo Selahattin Demirtas

Selahattin Demirtas, 45 anos, que até fevereiro assumia a presidência do Partido Democráticos dos Povos (HDP) está detido desde novembro de 2016.

Um tribunal de Ancara rejeitou esta sexta-feira o pedido de libertação do dirigente político curdo Selahattin Demirtas, em prisão preventiva há dois anos, apesar da decisão do Tribunal europeu de direitos humanos (TEDH) que exige a sua libertação.

Na sua resposta, a instância judicial turca reconhece que as decisões do TEDH são vinculativas para a Turquia, mas alega que esta sentença, emitida em 20 de novembro, ainda pode ser contestada perante a Grande câmara do tribunal de Estrasburgo, assinala a cadeia televisiva turca NTV.

Selahattin Demirtas, 45 anos, que até fevereiro assumia a presidência do Partido Democráticos dos Povos (HDP), o partido da oposição de esquerda e pró-curda da Turquia, está detido desde novembro de 2016.

A procuradoria acusa-o de “incitar a violência” durante um comício e de pertencer ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), a guerrilha curda da Turquia, considerada “terrorista” por Ancara, a União Europeia (UE) e os Estados Unidos.

Neste processo, arrisca uma pena de 142 anos de prisão.

O HDP emitiu esta sexta-feira um comunicado em que denuncia uma decisão “política”, motivada pela “pressão do Presidente Erdogan”.

“Trata-se claramente de uma violação da Constituição e da Convenção europeia dos direitos humanos”, acrescenta o texto, assinado pelos atuais copresidentes do partido, Pervin Buldan e Sezai Temelli.

Demirtas, indiciado em diversos processos, foi condenado em setembro a quatro anos e oito meses de prisão por “propaganda terrorista” e recorreu da decisão.

Num texto redigido a partir da prisão de alta segurança de Edirne (noroeste) e publicado na semana passada, Demirtas acusa o Governo turco de ter acelerado a instrução em apelo relativa a esta condenação, para o manter na prisão e cumprir a primeira sentença.



Sessão Plenária de Estrasburgo - 11 a 14 de Março

Relatório sobre o relatório de 2018 da Comissão relativo à Turquia

Terça-feira, dia 12

Apresentação de relatórios:

Relatório sobre o Relatório da Comissão relativo à Turquia

Relator: Kati Piri (S&D)

Comissão dos Assuntos Externos (AFET)

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- Mais de 150 mil pessoas foram detidas na Turquia na sequência da repressão que se seguiu ao golpe de Estado sendo que 78 mil foram detidas por acusações relacionadas com terrorismo e mais de 50 mil pessoas continuam detidas.

- Mais de 152 mil funcionários públicos, incluindo professores, médicos, académicos, juízes e magistrados foram despedidos na sequência da introdução do estado de emergência.

- Cerca de 125 mil pessoas dirigiram-se à comissão de inquérito sobre as medidas de estado de emergência (CoSEM) e 81 mil delas ainda aguardam uma decisão.

- Em Maio de 2015, 38 trabalhadores morreram na construção do novo aeroporto de Istambul em acidentes relacionados com o trabalho.

- Cerca de 31 pessoas, incluindo um líder sindical, estão atualmente detidas por protestarem contra as más condições de trabalho.

- A 16 de julho de 2018 as autoridades turcas confirmaram o sequestro e extradição ilegais de 101 cidadãos turcos, realizados em 18 países.

- Foram demitidos mais de 4 mil juízes.

- Foram apreendidos mais de 570 advogados.

- Segundo o Gabinete Europeu de Apoio ao Asilo, a Turquia ocupa o quinto lugar em termos de números de aplicações para asilo submetidas.

- Em Setembro de 2018 mais de 16 mil aplicações ainda estavam a aguardar uma decisão de primeira instância.

- Mais de 160 plataformas de meios de comunicação foram fechadas e mais de 114 mil websites foram bloqueados na Turquia até o ano passado incluindo wikipédia.

- A Turquia oferece abrigo a mais de 3,5 milhões de refugiados sírios.

- **Exposição de motivos**

- A União Europeia (UE) deve salvaguardar os direitos fundamentais não só dentro da UE mas também em países terceiros, assegurando o apoio à sociedade civil.

- Dito isto, deve responsabilizar-se pela construção de mecanismos eficientes que protejam e promovam os direitos humanos e a democracia em países terceiros.



- A situação da Turquia tem vindo a piorar nos últimos anos, como tal é necessário que seja garantido apoio à sociedade civil.

- **Considerações Gerais:**

- A relatora manifesta a sua preocupação em relação aos excessivos processos judiciais tendo em conta que, em vários casos, ainda não foi formulada uma acusação e que essas detenções parecem ter como principal alvo membros da oposição. Demonstra também preocupação com as condições das pessoas detidas que, segundo várias organizações de defesa dos direitos humanos, têm sido alvo de tortura.

- Com a introdução do estado de emergência inúmeros funcionários públicos, incluindo professores, médicos, académicos, juízes e magistrados foram despedidos o que causou um grave impacto na vida destas pessoas e das suas famílias.

- Manifesta a sua preocupação com o facto da comissão de inquérito (CoSEM), responsável pelo tratamento de queixas contra medidas tomadas ao abrigo do estado de emergência, não ser verdadeiramente independente e com o facto dos processos serem analisados apenas com base em documentação, sem a participação das pessoas em causa. Como tal, insta o Governo turco a assegurar que todas as pessoas tenham o direito de submeter os seus processos a um tribunal independente para que sejam submetidas a um processo justo e imparcial.

- Salaria que é necessária uma reforma profunda dos poderes legislativos e judicial para que a Turquia cumpra as suas obrigações ao abrigo do direito internacional em matéria de direitos humanos. As detenções e demissões de juízes e advogados constituem um atentado à independência e imparcialidade do judiciário e um obstáculo ao direito de defesa e de um julgamento justo.

- Insta a Turquia a libertar todos os defensores de direitos humanos, jornalistas e outras pessoas que tenham sido detidas sem acusações substanciais, a retirar essas acusações e a permitir que essas pessoas continuem o seu trabalho sem serem alvo de ameaças.

- Insta o Parlamento e o Governo turco a adoptar uma legislação contra crimes de ódio para proteger os membros das minorias de ataques físicos e verbais, em concordância com os critérios de Copenhaga.

- Destaca a sua preocupação com os atentados à liberdade de expressão, liberdade dos meios de comunicação e acesso à informação e como tal insta a Turquia a garantir estas liberdades e a absolver de imediato todos os jornalistas ilegalmente detidos.

- Condena a detenção arbitrária de Osman Kavala, uma figura proeminente e respeitada da sociedade civil na Turquia que permanece detido à mais de um ano sem que tenha sido formulada uma acusação e solicita a sua libertação imediata.

- Condena o constante desrespeito pela liberdade de religião e discriminação contra minorias religiosas e como tal insta às autoridades turcas a promoverem reformas positivas e efetivas no que diz respeito à liberdade de pensamento, consciência e religião nomeadamente através da permissão das comunidades religiosas obterem personalidade jurídica legal.

- Expressa preocupação no que diz respeito aos direitos das pessoas LGBTI nomeadamente as proibições contantes de eventos e marchas relacionados com a comunidade LGBTI.

- Insta a Turquia a implementar o Plano estratégico para a Integração das Comunidades Ciganas para que lhes sejam garantidos direitos como habitação, saúde e educação.

- Recorda o importante papel desempenhado pela Turquia na resposta à crise migratória resultante da guerra da Síria. Pede a Turquia que considere estratégias para maior coesão social, inclusão económica e cultural.



- Exorta a Comissão a permanecer vigilante e a garantir que, quando são utilizados fundos da UE, os direitos dos refugiados são devidamente protegidos para prevenir o trabalho infantil, a exploração sexual outros abusos de direitos.

- Relembra que a Turquia continua a cooperar com a UE no âmbito da NATO e que ocupa uma posição geoestratégica para manter a segurança europeia.

- Lamenta o facto de Grupos armados apoiados pela Turquia no "Exército Livre da Síria" (FSA) terem destruído propriedades de civis curdos no distrito de Afrin, no norte da Síria e insiste em que a Turquia e os grupos da FSA compensem os deslocados residentes.

- Demonstra preocupação com as violações em Afrin, principalmente por parte de grupos armados sírios, equipados com armas da Turquia e também pelas forças armadas turcas.

- Destaca a situação do Sudoeste da Turquia onde se assistem a graves violações dos direitos humanos e afirma que é crucial retomar um processo político credível para a resolução pacífica da questão curda. Insta a Turquia a investigar as graves alegações de violações dos direitos humanos e a permitir que observadores internacionais efetuem uma verificação independente.

- Realça o facto de que, durante o estado de emergência, um grande número de autarcas no Sudeste foram despedidos ou detidos e que o Governo nomeou administradores para os substituir o que significa que uma grande parte da população turca não está democraticamente representada a nível local. Considera que as eleições autárquicas de Março de 2019 devem constituir uma oportunidade para restabelecer plenamente o princípio do mandato democrático direto.

- Regista uma grande preocupação com a detenção de dois deputados do parlamento do Partido Popular Republicano (CHP) e com as várias detenções dos deputados do Partido Democrático Popular (HDP) com base no alegado apoio a atividades terroristas.

- Pede a libertação de todos os membros do Grande Assembleia Nacional detida por causa de discursos proferidos e ações tomadas no âmbito do seu trabalho parlamentar.

- Condena verdadeiramente o facto de Selahattin Demirtas, líder da oposição e candidato presidencial continuar detido e solicita a sua libertação imediata e incondicional.

- Exorta a UE e os seus Estados-Membros a aumentarem a sua protecção e apoio aos defensores dos direitos humanos em risco na Turquia, inclusive por meio de subsídios de emergência, e assegurando a plena aplicação das orientações da UE relativas aos defensores dos direitos nas embaixadas e consulados dos Estados-Membros.

- Relembra a importância da luta contra a corrupção apontando para o facto de que esta continua presente no país em várias áreas.

- Relembra que a Comissão de Veneza considerou que as alterações constitucionais relacionadas com a introdução de um sistema presidencial apresentam lacunas em matéria de controlo institucional e põem em risco o princípio da separação de poderes. Recorda também que o Parlamento Europeu exortou o Governo da Turquia a implementar alterações e reformas constitucionais e judiciais, em cooperação com a Comissão de Veneza e que, no ano passado, apelou à suspensão formal das negociações de adesão, caso a reforma constitucional fosse aplicada sem alterações, uma vez que tal seria incompatível com os critérios de Copenhaga.

- Insta a Comissão e os estados-Membros a suspenderem formalmente as negociações de adesão da Turquia. Solicita à Comissão que durante essa suspensão utilize os fundos ao abrigo do IPA II e futuro IPA III para apoiar a sociedade civil turca, aumentar a oportunidade de contactos interpessoais, reforçar o diálogo académico, melhorar o acesso dos estudantes turcos às universidades europeias e promover as plataformas de comunicação social para jornalistas.



- Recorda que dois terços do investimento direto estrangeiro (IDE) na Turquia provêm dos Estados-membros e da UE e que a Turquia é um importante mercado de crescimento para a UE. Como tal, considera que se deve manter um diálogo sobre a modernização da União Aduaneira de 1995 que pode constituir um avanço positivo e uma possibilidade de garantir compromissos concretos por parte da Turquia em matéria de reformas democráticas, bem como a oportunidade para um diálogo sobre as alterações climáticas e os direitos laborais na Turquia. Insta a Comissão a iniciar o trabalho para a modernização da União Aduaneira, logo que o Governo turco demostre vontade de levar a cabo reformas importantes.

- Destaca a importância da liberdade sindical e do diálogo social lamentando as lacunas legislativas em matéria de direitos laborais e as fracas condições de trabalho.

- Afirma que a liberalização dos vistos é de grande importância para os cidadãos turcos, em particular estudantes, académicos, representantes de empresas e pessoas com laços familiares nos Estados-Membros da UE. Insta o Governo da Turquia a cumprir com os critérios identificados para a liberalização do regime dos vistos.

- Em relação à reunificação de Chipre apoia um acordo justo e em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Pede à Turquia que retire as suas forças do Chipre e que transfira a administração da secção isolada de Famagusta para o Controlo das Nações Unidas. Insta a Turquia a empenhar-se na resolução pacífica de litígios e a abster-se de qualquer ameaça ou ação suscetível de produzir efeitos negativos sobre as relações de boa vizinhança. Reconhece o direito da República do Chipre de concluir acordos bilaterais relativos à sua zona económica exclusiva.

- Solicita à Turquia e à Arménia que prossigam a normalização das suas relações salientando que a abertura da fronteira turco-arménia poderia levar a uma melhoria da cooperação transfronteiriça e da integração económica.

